



sindicomis
SINDICATO NACIONAL DE COMISSÁRIAS
DE DESPACHOS, AGENTES TRANSITÁRIOS
E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA
E FRETES EM COMÉRCIO INTERNACIONAL



actc
ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS EMPRESAS TRANSITÁRIAS,
AGENTES DE CARGA AÉREA,
COMISSÁRIAS DE DESPACHOS
E OPERADORES INTERMODAIS

REPRESENTANTE OFICIAL



FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DAS
ASSOCIAÇÕES DE TRANSITÁRIOS



PARCEIRO
INSTITUCIONAL



ACONTECE

ANO 40 - EDIÇÃO 339 - Abril / 2025

CONEXÕES QUE APERFEIÇOAM O COMÉRCIO INTERNACIONAL





SINDICATO NACIONAL DE COMISSÁRIAS
DE DESPACHOS, AGENTES TRANSITÁRIOS
E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA
E FRETES EM COMÉRCIO INTERNACIONAL



actc

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS EMPRESAS TRANSITÁRIAS,
AGENTES DE CARGA AÉREA,
COMISSÁRIAS DE DESPACHOS
E OPERADORES INTERMODAIS



sindicomis

SINDICATO NACIONAL DE COMISSÁRIAS
DE DESPACHOS, AGENTES TRANSITÁRIOS
E INTERMEDIÁRIOS DE CARGA, LOGÍSTICA
E FRETES EM COMÉRCIO INTERNACIONAL



actc

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DAS EMPRESAS TRANSITÁRIAS,
AGENTES DE CARGA AÉREA,
COMISSÁRIAS DE DESPACHOS
E OPERADORES INTERMODAIS

EVENTO NACIONAL EXCLUSIVO

WEBINAR

SOBRE DESAFIOS DO COMÉRCIO EXTERIOR

PALESTRANTES:



**TATIANA
PRAZERES,**
SECRETÁRIA
DA SECEX



LUIZ RAMOS,
PRESIDENTE
DO SINDICOMIS
NACIONAL

25 DE ABRIL | 10H30
TRANSMISSÃO ONLINE



De espectador a protagonista

Em meio ao debate global sobre o tarifaço de Trump, no qual os líderes dos países e especialistas em relações internacionais tentam reencontrar esse novo norte comercial, você será um dos privilegiados a ter acesso exclusivo à maior autoridade do comércio internacional brasileiro.

Desde 2018, o SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC têm trilhado um caminho marcado por passos calculados e seguros na construção de relações institucionais sólidas com os três Poderes da República, agências reguladoras do comércio internacional e órgãos intervenientes. Esta aproximação, antes praticamente inexistente, tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento do setor, e você, que faz parte da comunidade destas entidades - esteja em qualquer um dos estados brasileiros ou no Distrito Federal - hoje usufrui e é parte integrante deste cenário.

É importante ressaltar que estabelecer estas conexões não é uma tarefa simples. Aqueles que já tentaram agendar uma audiência presencial em Brasília com deputados federais, senadores, ministros de Estado, vice-presidente da República ou diretores de agências reguladoras sabem que são portas nem sempre fáceis de serem abertas.

Como resultado deste trabalho constante, o SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC conquistaram uma posição de respeito no cenário nacional. As entidades deixaram de ser vistas como organizações que apenas apresentam demandas, e passaram a ser reconhecidas como parceiras estratégicas que contribuem com soluções práticas e alternativas viáveis para o aperfeiçoamento do comércio internacional brasileiro.

Em meio ao debate global sobre o tarifaço de Trump, no qual os líderes dos países e especialistas tentam reencontrar esse novo norte comercial, você será um dos privilegiados a ter acesso exclusivo à maior autoridade do comércio internacional brasileiro.

Este reconhecimento se materializa em um evento excepcional: uma **conversa exclusiva com a Secretária de Comércio Internacional, Tatiana Prazeres**, programada para o dia **25 de abril, às 10h30**. O encontro, que acontecerá de forma remota com a Secretária em Brasília, representa uma oportunidade única para a comunidade do SINDICOMIS NACIONAL/ACTC.

O momento não poderia ser mais oportuno, considerando o recente "tarifaço" decretado pelo presidente norte-americano Donald Trump, que tem gerado incertezas globais e impactará diretamente o mercado brasileiro. Os participantes previamente inscritos terão a chance de participar de um debate privilegiado sobre este e outros temas relevantes para o setor, em uma interação direta que poucos têm a oportunidade de vivenciar.

Outras informações sobre esse encontro podem ser obtidas pelo telefone (11) 3255-2599.



Heathrow parou. Sua empresa está pronta para o próximo apagão logístico?

A recente crise no Aeroporto de Heathrow expôs, mais uma vez, como nossa interconectividade global pode ser frágil quando faltam planos de contingência adequados. Assim como a pandemia revelou nossa excessiva dependência de monopólios e cartéis – desde o transporte internacional até a fabricação de medicamentos e insumos essenciais –, o incidente em um dos maiores hubs aeroportuários do mundo demonstrou como a ausência de um Plano B em infraestruturas críticas pode causar um efeito dominó global.

O caso de Heathrow é emblemático: um simples problema no fornecimento de energia paralisou completamente as operações de um aeroporto que atende mais de 230 destinos em 90 países e serve de base para 90 companhias aéreas. Com 5,7 milhões de passageiros apenas em fevereiro de 2025, o impacto dessa paralisação foi sentido em escala mundial, com voos cancelados ou redirecionados em diversos continentes.

Ainda mais preocupante é que essa vulnerabilidade não é exclusiva de Heathrow. A maioria dos grandes aeroportos e portos mundiais opera com infraestruturas dependentes de uma única fonte de energia, sem redundâncias adequadas. Em um mundo onde a logística internacional funciona como um relógio suíço, qualquer interferência em um hub estratégico pode rapidamente gerar um caos global.

Este incidente nos força a questionar: por que infraestruturas tão críticas para a economia global não possuem sistemas redundantes robustos? Como é possível que o maior empregador do Reino Unido, com mais de 90 mil funcionários, não disponha de um Plano B eficiente para situações emergenciais?

A lição é clara: em um mundo globalizado e interdependente, a redundância não é um luxo, mas uma necessidade estratégica. Empresas e gestores de infraestruturas críticas precisam repensar suas estratégias de contingência, considerando não apenas os impactos locais, mas também as repercussões globais. O custo para implementar sistemas redundantes pode ser alto, mas o preço de não tê-los pode ser muito maior.



Heathrow ✈️
(Terminals 1, 2 & 3)

CONEXÕES QUE APERFEIÇOAM O COMÉRCIO INTERNACIONAL

O SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC mantêm seu trabalho de identificar os principais desafios do comércio exterior e propor soluções, além de buscar apoio parlamentar para destravar pautas que impactam cerca de 15 mil empresas brasileiras do setor.

Durante agenda em Brasília, entre 17 e 19 de março, Luiz Ramos, presidente das entidades, participou do lançamento da Frente Parlamentar de Representação dos Importadores e Comércio Internacional, reuniu-se com o senador Mecias de Jesus e com a diretoria da ANTAQ. Leia a seguir.





Senador Mecias de Jesus

Em reunião com o senador Mecias de Jesus, Ramos anunciou planos de expansão da presença institucional do SINDICOMIS NACIONAL/ACTC para Roraima, com o objetivo de fortalecer o comércio exterior na região Norte. A iniciativa, que recebeu apoio imediato do parlamentar, inclui a realização de um evento institucional no estado.

Durante o encontro, Ramos também compartilhou sua experiência profissional no eixo Norte-Nordeste durante a década de 1990, ressaltando seu conhecimento dos desafios logísticos da região. O projeto busca desenvolver soluções para gargalos históricos do setor no Norte do país.

A missão e as ações do SINDICOMIS NACIONAL

Durante a reunião com o senador, Ramos apresentou o processo de nacionalização do SINDICOMIS e suas principais iniciativas. Ele destacou as prerrogativas do sindicato estabelecidas pelo artigo 513 da CLT, que incluem a representação dos associados perante autoridades administrativas e judiciais, além da atuação como órgão técnico e consultivo do Estado.

Entre as ações apresentadas, destaca-se a criação da Câmara Internacional de Mediação e Arbitragem de Conflitos (CIMEC), dedicada à resolução alternativa de disputas entre agentes econômicos. O sindicato também mantém participação ativa no programa "Amigos da Justiça" do Conselho Nacional de Justiça, reforçando seu compromisso com a segurança jurídica e o equilíbrio nas relações comerciais.

Saúde mental dos trabalhadores

O SINDICOMIS NACIONAL/ACTC prepara proposta ao Ministério do Trabalho para realização de evento nacional sobre saúde mental no trabalho. A iniciativa, apresentada ao senador Mecias de Jesus, visa acelerar a regulamentação de questões críticas da saúde ocupacional no país.

As entidades, em acordo com representações laborais, já incluíram na Convenção Coletiva do Trabalho 2024-2025 o direito dos trabalhadores à atenção e cuidados com a saúde mental. Paralelamente, o SINDICOMIS NACIONAL mantém campanha de conscientização junto às empresas, incentivando a adoção de programas com ações educativas, preventivas e corretivas. A iniciativa abrange também a prevenção e identificação de assédio moral, além da validação de atestados médicos relacionados a transtornos psicológicos.





Debate sobre assuntos regulatórios

Durante o encontro com o senador Mecias de Jesus, Ramos relatou sua recente reunião na Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), na qual foram discutidos os desafios regulatórios do setor portuário, com ênfase na logística de devolução de contêineres. O parlamentar comprometeu-se a intermediar o diálogo com a Agência para buscar respostas mais ágeis e efetivas às demandas do setor.

Transporte rodoviário de cargas

Ramos entregou ao senador Mecias de Jesus proposta de emenda ao PL nº 1.205/2022, que visa garantir exclusividade do setor de agenciamento de cargas nas operações de fretes internacionais. O projeto original, de autoria do senador Lucas Barreto, regulamenta o transporte rodoviário de cargas. A iniciativa recebeu respaldo da FIATA (Federação Internacional das Associações de Transitários) e apoio da CNC e Fecomércio, entidades representativas de expressiva parcela do PIB do comércio brasileiro.

Segundo Ramos, tal alteração legislativa traria impactos extremamente positivos ao setor, entre os quais:

- a imediata redução dos custos com frete internacional, contribuindo significativamente para a diminuição do chamado "Custo Brasil";
- o enfraquecimento do poder concentrado dos armadores internacionais, atualmente dominantes no mercado de fretes e contêineres, os quais passariam a negociar com intermediários regulados;
- a promoção de maior equilíbrio entre os agentes do mercado, com justa repartição de responsabilidades, riscos e benefícios;
- o fortalecimento da competitividade da economia nacional, fortemente dependente das operações de comércio exterior de importação e exportação.



Ramos reiterou que a proposta é justa, especialmente ao se considerar que os agentes intermediários já negociam a maior parte dos fretes internacionais ao redor do mundo. Estes profissionais assumem responsabilidade civil por eventuais extravios, perdas, avarias e omissões no processo logístico, mesmo sem conhecimento prévio do transportador final.

O senador Mecias de Jesus manifestou apoio à iniciativa e comprometeu-se a dialogar com o autor do projeto, senador Lucas Barreto, para aprofundar as discussões, oferecendo sua colaboração para a necessária articulação institucional.

Convite ao FIATA – RAMs Meeting

Ao final do encontro, Ramos fez um convite formal ao senador para participar do FIATA - Region Americas (RAMs) Field Meeting, que será realizado em São Paulo, entre os dias 19 e 22 de agosto. O evento contará com a presença de autoridades nacionais e internacionais, entre elas o governador Tarcísio de Freitas, e representantes de agências reguladoras, ministérios, aduanas e do setor privado.

TATIANA
PRAZERES
SECRETÁRIA
DA SECEXLUIZ RAMOS,
PRESIDENTE
DO SINDICOMIS
NACIONAL

Frente Parlamentar de Representação dos Importadores e Comércio Internacional

A Câmara dos Deputados oficializou, em 29 de março, a criação da Frente Parlamentar de Representação dos Importadores e Comércio Internacional (FPRICI), sob a presidência do deputado Luiz Fernando Faria (na foto, ao lado de Luiz Ramos). A cerimônia de lançamento, realizada no Salão Nobre da Casa, contou com a presença do presidente do SINDICOMIS NACIONAL, ACTC e CIMEC, Luiz Ramos.

"Estreitar nossas relações com o Legislativo é fundamental para garantir que as demandas das empresas do comércio exterior que representamos sejam compreendidas e atendidas", destacou Ramos durante o evento. Ele defendeu maior integração entre o setor e os órgãos reguladores, especialmente a Receita Federal.

A FPRICI estabelece um novo canal de diálogo entre o setor e o Legislativo, sendo considerada estratégica para o avanço de pautas do comércio exterior brasileiro. Para o SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC, a participação na frente parlamentar fortalece sua estratégia de ampliar a representatividade no Legislativo Federal, visando influenciar políticas públicas com foco em competitividade e desenvolvimento setorial.



TATIANA
PRAZERES
SECRETÁRIA
DA SECEXLUIZ RAMOS,
PRESIDENTE
DO SINDICOMIS
NACIONAL

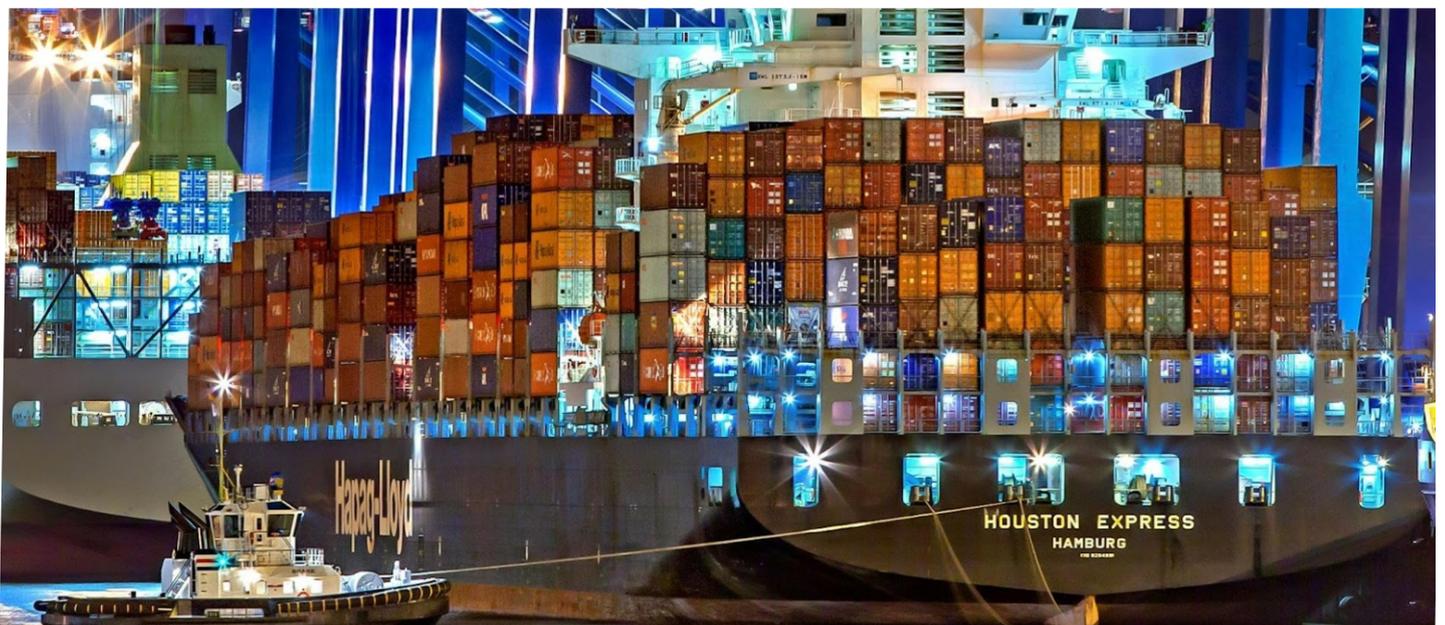
ANTAQ

Luiz Ramos também se reuniu com a diretoria da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) para discutir questões regulatórias críticas do setor portuário, com foco na devolução de contêineres.

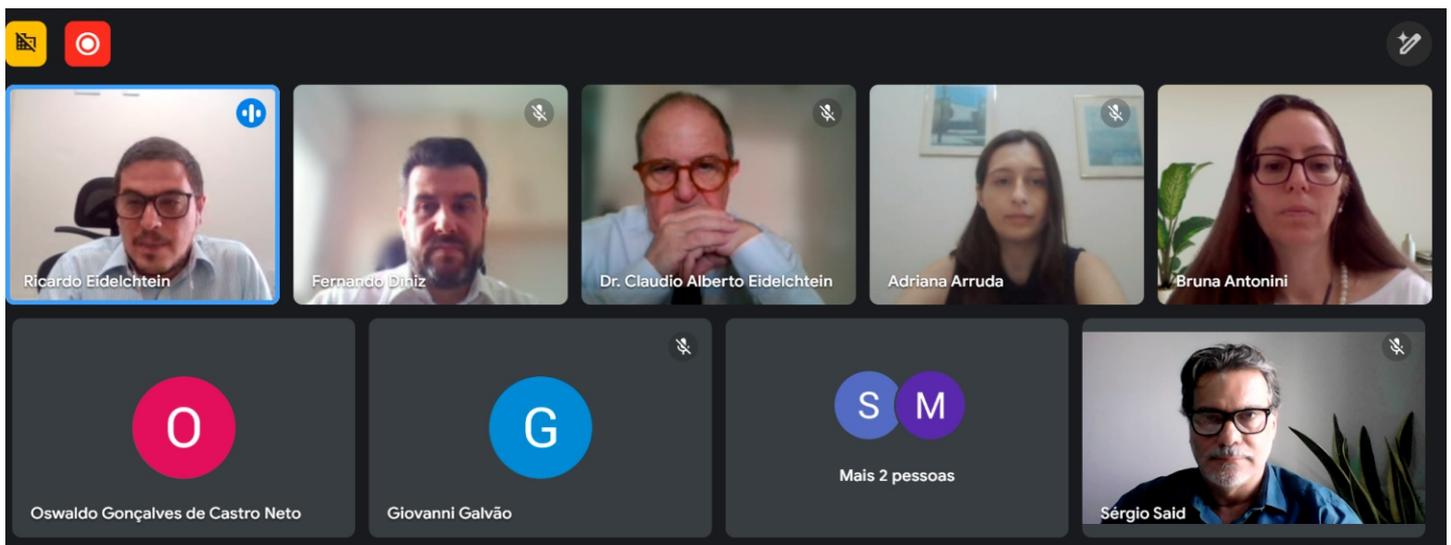
Entre os principais temas debatidos estava a Resolução nº 18 da ANTAQ, cuja implementação tem enfrentado obstáculos. Segundo as entidades, a norma contém lacunas que podem gerar interpretações conflitantes e custos adicionais aos operadores logísticos, necessitando revisões para maior clareza regulatória.

As entidades também apresentaram pedido de reconsideração, com nova documentação, referente ao recente acórdão que rejeitou pleito do setor por insuficiência de provas. O argumento central é que a decisão compromete a segurança jurídica das operações de comércio exterior.

Um dos pontos críticos discutidos foi a indisponibilidade de horários para devolução de contêineres nos terminais, que tem gerado custos extras e entraves operacionais às empresas brasileiras. Como solução, foi proposta a criação de uma plataforma digital para monitoramento em tempo real das janelas de devolução, visando reduzir penalidades por atrasos involuntários.



GT-J



A reunião mensal do Grupo Técnico-Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros (GT-J) foi realizada em 27 de março, às 10h30. O colegiado, que integra o COMITEC, órgão do SINDICOMIS NACIONAL/ACTC, tem como missão identificar, debater e propor avanços nas leis, normativas e regulamentações que regem o comércio internacional centrado no Brasil.

Lançamento de informativo

O encontro concentrou-se em três temas principais. O primeiro foi o lançamento do novo informativo do SINDICOMIS NACIONAL/ACTC, previsto para os próximos dias. A publicação trará artigos e comentários sobre temas pontuais e relevantes do comércio internacional. Possivelmente, os primeiros artigos abordarão a aplicação da prescrição intercorrente, sendo elaborados pelos doutores Rodrigo Lázaro, Ricardo Eidelchtein e Joana Guimarães.

Webinar exclusivo com secretária de Comércio Exterior

O segundo tema tratou do webinar com Tatiana Prazeres, secretária de Comércio Exterior do governo federal, programado para 25 de abril, às 10h30. O evento será exclusivamente online e aberto para todos os representados pelo SINDICOMIS NACIONAL/ACTC em território nacional.

Tatiana Prazeres é servidora de carreira do MDIC, com doutorado em Relações Internacionais e mestrado em Direito. Graduada em Direito e Relações Internacionais, possui mais de 20 anos de experiência em

comércio internacional, tendo atuado nos setores público e privado, em organizações internacionais e na academia em Brasília, São Paulo, Genebra e Pequim. Seu currículo inclui os cargos de secretária de Comércio Exterior do MDIC (2011-2013), conselheira sênior do Diretor-Geral da OMC em Genebra (2013-2018), *senior fellow* na Universidade de Economia e Negócios Internacionais em Pequim (2019-2021) e diretora titular do Departamento de Relações Internacionais e Comércio Exterior da Fiesp.

O presidente do SINDICOMIS NACIONAL/ACTC, Luiz Ramos, articulou o webinar com a secretária, que se dispôs a abordar temas propostos pelas entidades. Os membros do GT-J já iniciaram a elaboração de uma lista de assuntos como alternativas para a apresentação, incluindo a possibilidade de empresas exportadoras emitirem seus próprios Certificados de Origem e questões pouco divulgadas referentes ao LETEC/LEBIT.

Evento realizado um dia antes, pelo SINDICOMIS/ACTC

O terceiro tema foi a avaliação da reunião plenária realizada no dia anterior pelo SINDICOMIS NACIONAL e ACTC, que discutiu a reprecificação abusiva de fretes e armazenagem, além das cobranças indevidas na devolução de contêineres vazios e cheios. O encontro foi considerado altamente produtivo, e a análise técnico-jurídica a ser apresentada à ANTAQ, fundamentada nas Resoluções 62/2021, 72/2022 e 112/2024, traz perspectivas positivas para solucionar um dos principais desafios enfrentados pelos agentes de carga, transitários e comissárias de despacho.

DEMURRAGE & DETENTION

SINDICOMIS NACIONAL

dá mais um passo rumo à solução de um dos maiores (senão o principal) problemas da categoria

Em reunião plenária realizada em formato híbrido na manhã de 26 de março, o SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC deram mais um passo concreto rumo à resolução daquele que é hoje o principal desafio enfrentado por comissárias de despacho, agentes de carga e transitários em todo o país: a deficiência regulatória envolvendo as cobranças de demurrage e detention.

Os trabalhos foram conduzidos por Luiz Ramos, presidente das entidades; Giovanni Galvão, diretor tesoureiro; Oswaldo Castro Neto, assessor técnico-jurídico; e Bruna Antonini, coordenadora do Grupo Técnico-Jurídico de Comércio Exterior e Assuntos Aduaneiros (GT-J).

O SINDICOMIS NACIONAL tem recebido frequentes reclamações de seus representados acerca de abusos na reprecificação de fretes e armazenagem, além de cobranças indevidas relacionadas à devolução de contêineres vazios e cheios. Conforme uma profunda análise técnico-jurídica promovida pelas entidades, o problema decorre, principalmente, das lacunas existentes nas resoluções da ANTAQ (62/2021, 72/2022 e 112/2024), agravadas pela forte influência exercida pelos armadores junto aos terminais portuários.

Segundo Luiz Ramos, a solicitação tem um foco muito claro: “Precisamos corrigir as brechas regulatórias que tornam o setor imprevisível, desequilibrado e, sobretudo, com pouca segurança jurídica”. Ele enfatizou, ainda, a opinião consensual manifestada pelas entidades e por seus representados, afirmando que “não é mais possível operar sem regras claras que garantam transparência nas relações entre todos os players da cadeia logística, sejam importadores, terminais ou armadores”.

Com base nas manifestações colhidas durante a reunião plenária, o SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC protocolaram já na sexta-feira seguinte, junto à ANTAQ, um estudo técnico contendo sugestões para solucionar definitivamente esse histórico problema, que afeta diretamente empresas comissárias de despacho, agentes de carga e logística e transitários, impactando negativamente o comércio internacional brasileiro.



Certificação OEA-Integrado ANAC

Aparentemente, a integração entre ANAC e Receita Federal, por meio do programa OEA-Integrado ANAC, parece ser positiva para o comércio exterior brasileiro, especialmente às empresas que utilizam o modal aéreo em suas exportações.

Caso a operacionalização siga o objetivo publicizado, ou seja, de otimizar processos e elevar padrões de segurança, a iniciativa será muito positiva, além do fato de alinhar-se às melhores práticas internacionais de facilitação comercial.

Nesse caso, vemos mais uma possibilidade de redução de custos operacionais e aumento da competitividade das empresas brasileiras no mercado global.

O novo programa estabelece um processo de certificação unificado, que será gerenciado pela Receita Federal através do Portal Único do Comércio Exterior, eliminando redundâncias burocráticas que historicamente têm impactado o setor.

As empresas certificadas terão acesso a benefícios operacionais, incluindo tratamento prioritário em terminais aeroportuários e dispensa de inspeções primárias, o que deve resultar em redução expressiva do tempo de processamento das cargas.

A robustez do programa é evidenciada pela participação direta da ANAC no processo de validação, utilizando critérios estabelecidos pelo RBAC nº 109 e pela Instrução Suplementar 109.001.

O sucesso do programa piloto, que contou com a participação de empresas de peso como Embraer, Volkswagen e General Motors, aumenta as expectativas positivas. A experiência acumulada durante esta fase experimental foi fundamental para o aprimoramento do programa e sua adaptação às necessidades específicas do mercado brasileiro, especialmente considerando a complexidade das operações de exportação aérea.

OEA-Integrado
Portaria conjunta RFB e ANAC



AEO+
Authorized Economic Operator
Government Agencies



ABSENTEÍSMO NAS EMPRESAS

Uma análise além da superfície e sem preconceitos

O absenteísmo laboral, frequentemente interpretado de forma simplista como desinteresse do colaborador, revela-se um fenômeno muito mais complexo quando analisado sob a ótica da saúde ocupacional. Um trabalho bastante interessante ([link](#)) pela Universidade de São Paulo demonstra que o retorno ao trabalho após períodos de afastamento por questões de saúde representa um desafio multifacetado, impactando significativamente a identidade profissional do próprio trabalhador. Assim, praticamente, cai por terra que a ausência do trabalho por fatores de saúde é um tipo de “vale descanso”.

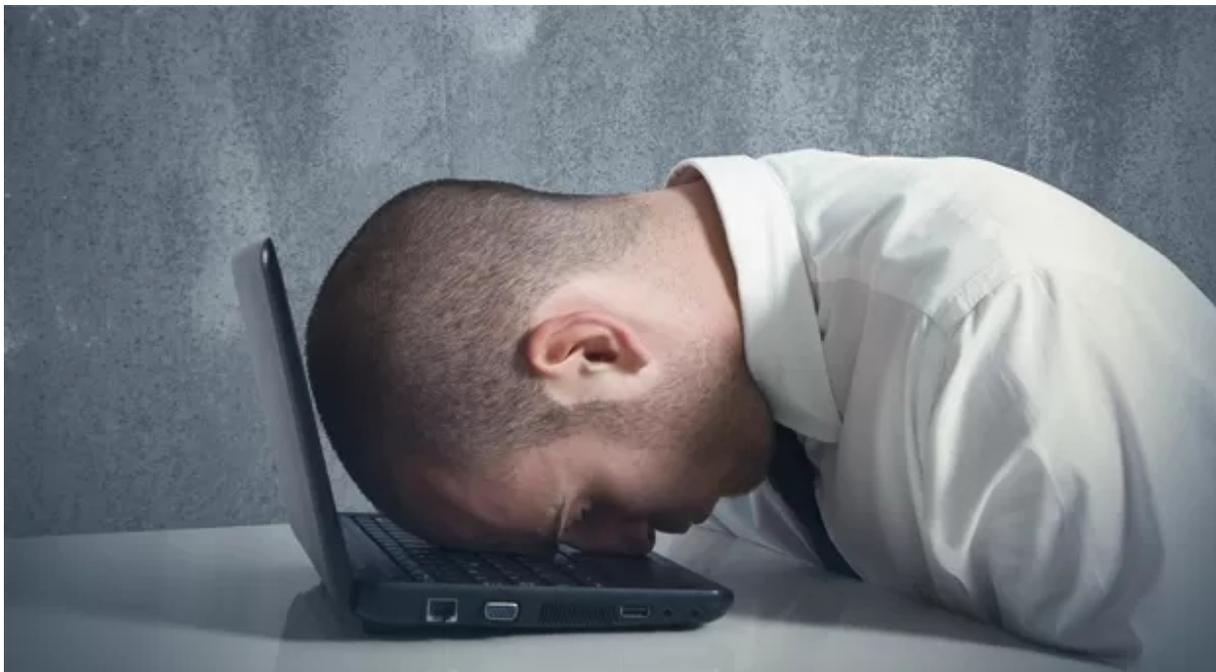
Gatilhos para desequilíbrios psíquicos

O estudo, que acompanhou casos reais de profissionais em processo de reintegração ao ambiente corporativo, evidenciou que a interrupção das atividades laborais pode afetar a personalidade do indivíduo e sua inserção – ou reinserção - nos contextos social e laboral. Mais que isso, ficou evidenciado que o trabalho ocupa posição central na constituição da identidade do ser humano, tornando qualquer perturbação nessa esfera um potencial gatilho para desequilíbrios psíquicos.

A importância do retorno

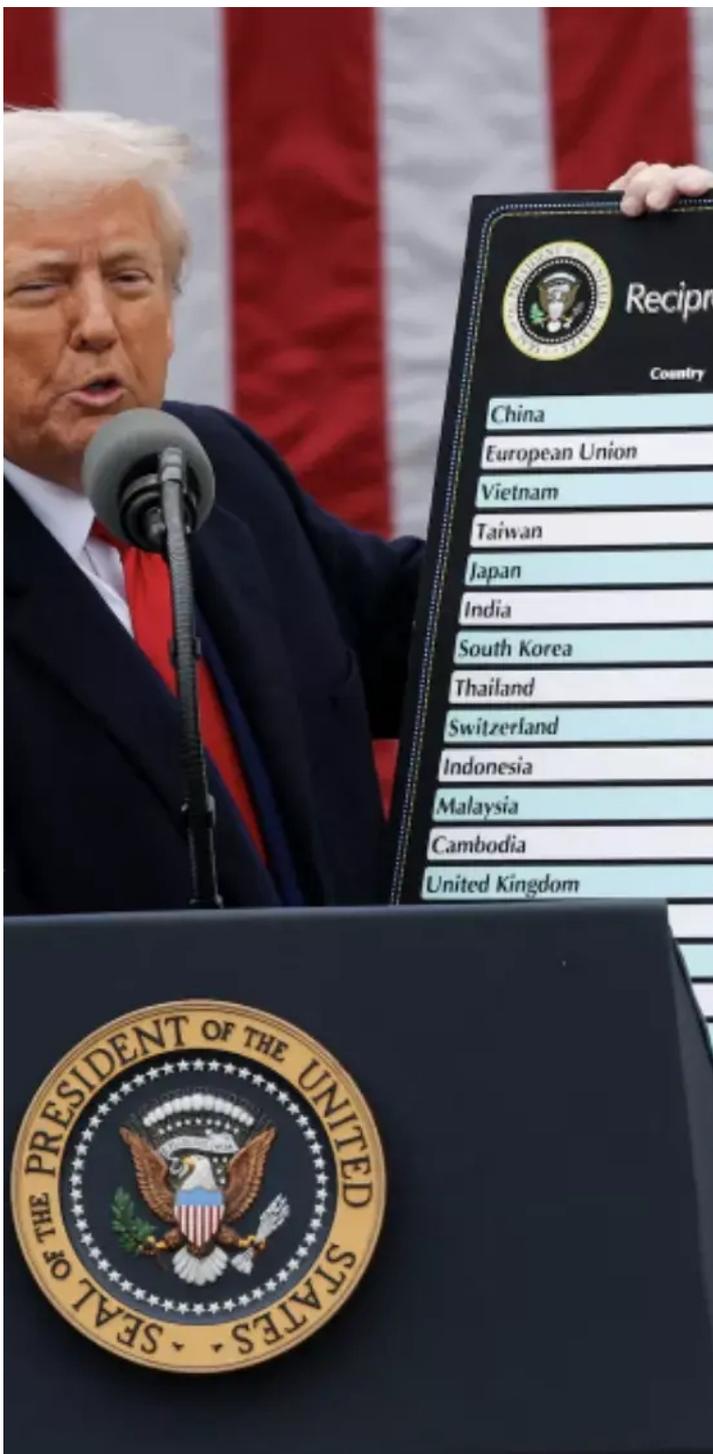
Um dado particularmente relevante para gestores e lideranças empresariais é a constatação de que o término do período de afastamento gera considerável ansiedade nos colaboradores. O principal fator de preocupação identificado é a incerteza quanto à capacidade de retomar plenamente as atividades sem comprometer ainda mais a saúde, especialmente nos casos onde foram diagnosticados distúrbios crônicos.

Para as organizações, compreender essa dimensão psicológica do absenteísmo é fundamental para desenvolver políticas de gestão de pessoas mais efetivas. A pesquisa indicou, por exemplo, que o suporte adequado durante o processo de reintegração não apenas beneficia o colaborador, mas também contribui para a redução de novos afastamentos e para o aumento da produtividade geral.



Você não é mais espectador. É protagonista.

Em meio ao debate global sobre o tarifaço de Trump, no qual os líderes dos países e especialistas em relações internacionais tentam reencontrar esse novo norte comercial, você será um dos privilegiados a ter acesso exclusivo à maior autoridade do comércio internacional brasileiro.



Desde 2018, o SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC têm trilhado um caminho marcado por passos calculados e seguros na construção de relações institucionais sólidas com os três Poderes da República, agências reguladoras do comércio internacional e órgãos intervenientes. Esta aproximação, antes praticamente inexistente, tem se mostrado fundamental para o desenvolvimento do setor, e você, que faz parte da comunidade destas entidades - esteja em qualquer um dos estados brasileiros ou no Distrito Federal - hoje usufrui e é parte integrante deste cenário.

É importante ressaltar que estabelecer estas conexões não é uma tarefa simples. Aqueles que já tentaram agendar uma audiência presencial em Brasília com deputados federais, senadores, ministros de Estado, vice-presidente da República ou diretores de agências reguladoras sabem que são portas nem sempre fáceis de serem abertas.

Como resultado deste trabalho constante, o SINDICOMIS NACIONAL e a ACTC conquistaram uma posição de respeito no cenário nacional. As entidades deixaram de ser vistas como organizações que apenas apresentam demandas, e passaram a ser reconhecidas como parceiras estratégicas que contribuem com soluções práticas e alternativas viáveis para o aperfeiçoamento do comércio internacional brasileiro.

Em meio ao debate global sobre o tarifaço de Trump, no qual os líderes dos países e especialistas tentam reencontrar esse novo norte comercial, você será um dos privilegiados a ter acesso exclusivo à maior autoridade do comércio internacional brasileiro.

Este reconhecimento se materializa em um evento excepcional: uma **conversa exclusiva com a Secretária de Comércio Internacional, Tatiana Prazeres**, programada para o dia **25 de abril, às 10h30**. O encontro, que acontecerá de forma remota com a Secretária em Brasília, representa uma oportunidade única para a comunidade do SINDICOMIS NACIONAL/ACTC.

O momento não poderia ser mais oportuno, considerando o recente "tarifaço" decretado pelo presidente norte-americano Donald Trump, que tem gerado incertezas globais e impactará diretamente o mercado brasileiro. Os participantes previamente inscritos terão a chance de participar de um debate privilegiado sobre este e outros temas relevantes para o setor, em uma interação direta que poucos têm a oportunidade de vivenciar.

Outras informações sobre esse encontro podem ser obtidas pelo telefone (11) 3255-2599.

Porto de Santos pode ter melhor controle de acesso de caminhões de contêineres

Fonte: Agência Infra

O governo federal avalia melhorar o acesso para caminhões de contêineres ao porto de Santos (SP), informou a secretária-executiva do ministério de Portos e Aeroportos, Mariana Pescatori. A questão foi um dos entraves apresentados pelos interessados no leilão do terminal de contêineres Tecon Santos 10.

A região onde esse terminal será feito, que está sendo projetado como o maior da América Latina, já tem um grande volume de tráfego de veículos, e o indicativo é de que, com o novo terminal, poderia haver um colapso na chegada ao porto.

Há obras projetadas para desafogar o trânsito. Entre elas, a construção das perimetrais da margem direita e esquerda e um novo acesso ao bairro da Alemoa. Uma nova pista de descida para Santos também está sendo pensada junto com a EcoVias pelo governo local.

Durante a audiência pública sobre o Tecon 10, os modeladores do estudo defenderam que, na melhor das hipóteses, o terminal começa a operar em 2030 e pode demorar a chegar ao nível pico de movimentação alguns anos, o que seria suficiente para a execução das obras de mobilidade. Isso não seria, portanto, uma barreira ao projeto.

Além disso, o Tecon 10 tem uma obrigação para que a empresa vencedora implante um pátio de caminhões ainda no planalto paulista como forma de controlar o fluxo de veículos.

Na visão da secretária-executiva do ministério, hoje há ferramentas que podem fazer com que o fluxo de veículos em direção aos terminais portuários tenha um maior controle e os espaços ao longo do dia para carga e descarga possam ser utilizados de maneira a evitar congestionamentos.

Ela lembrou que o controle está em execução para os veículos de transporte de granéis vegetais, há quase uma década, mas que a mesma tecnologia não evoluiu para outros tipos de carga que chegam ao porto, entre elas os contêineres.



TATIANA
PRAZERES
SECRETÁRIA
DA SECEXLUIZ RAMOS
PRESIDENTE
DO SINDICOMIS
NACIONAL

O GIGANTE SE MOVE **Maersk faz oferta de US\$ 1,3 bilhão pela Svitzer**

Fonte: Datamar News

O principal acionista da Maersk fez uma oferta de US\$ 1,3 bilhão para adquirir a operadora de rebocadores Svitzer, informou o The Wall Street Journal.

A AP Moller Holding, que detém 41,51% do capital da Maersk e atualmente possui 47% da Svitzer por meio de sua subsidiária APMH Invest, está oferecendo a aquisição do restante das ações.

A Svitzer opera uma frota de rebocadores que auxiliam na manobra de navios dentro e fora de portos e terminais. A empresa também presta serviços adicionais, como manuseio de cabos e transporte de pessoal.

No ano passado, a empresa se separou do gigante do transporte marítimo AP Moller-Maersk e foi posteriormente listada na Nasdaq Copenhagen. A oferta atual avalia a Svitzer em aproximadamente 9 bilhões de coroas (cerca de US\$ 1,3 bilhão).

Galpões logísticos no Brasil: mais caros e mais raros

Fonte: Tecnológica

Dados da Colliers, empresa global de serviços imobiliários, indicam que o mercado de galpões logísticos no Brasil mantém ritmo acelerado, impulsionado pela valorização dos aluguéis e pela escassez de áreas disponíveis para locação.

Em São Paulo, os preços registram um aumento real de 20%, reflexo da baixa disponibilidade de estoques e da expectativa reduzida de novas entregas nos próximos dois anos. Esse cenário favorece proprietários e desenvolvedores, que encontram um ambiente favorável para renegociações e reajustes acima da inflação.

No Rio de Janeiro, os contratos renegociados em 2024 já apontam aumentos entre 20% e 25%. A dificuldade de encontrar espaços acima de 10 mil metros quadrados em um raio de 30 quilômetros tem levado empresas a buscar alternativas em áreas mais distantes, ampliando suas operações para um raio de até 60 quilômetros.

Segundo Mauricio Nascimento, gerente Executivo da Colliers, a limitação da oferta impulsiona a adoção de pré-locações e contratos built-to-suit (BTS), especialmente para empresas que demandam áreas superiores a 50 mil metros quadrados. Essa modalidade tem se consolidado como solução estratégica para atender operações logísticas com necessidades específicas.

Fora do eixo Rio-São Paulo, Minas Gerais apresenta a terceira maior absorção bruta e líquida do país, com 400 mil metros quadrados de novas ocupações e 260 mil metros quadrados de absorção líquida.

No Espírito Santo, a taxa de vacância de galpões logísticos é de apenas 4%, dificultando a busca por espaços de médio porte. Para atender a demanda, novos empreendimentos estão em desenvolvimento, como o projeto da Private Log, que prevê a entrega de 600 mil metros quadrados nos próximos quatro anos.

Outras regiões do país, como o Nordeste e o Sul, começam a atrair maior participação no mercado de locações, evidenciando um movimento de descentralização do setor logístico e a ampliação de oportunidades para investidores e ocupantes. “Esse cenário reforça a resiliência e o dinamismo do mercado logístico brasileiro, que segue em crescimento mesmo diante de desafios econômicos e de infraestrutura”, afirma Nascimento.

Com a valorização dos aluguéis e a limitação de novas entregas no curto prazo, empresas devem adotar estratégias de planejamento para garantir espaços adequados às suas operações. “O mercado segue atento às oportunidades de expansão, consolidando o Brasil como um dos principais polos logísticos da América Latina”, conclui o executivo.





TATIANA
PRAZERES
SECRETÁRIA
DA SECEX



LUIZ RAMOS,
PRESIDENTE
DO SINDICOMIS
NACIONAL

Paranaguá terá R\$ 1,4 bilhão de investimentos para escoamento da safra agrícola

O primeiro leilão de arrendamentos portuários do ano, anunciado pelo Ministério de Portos e Aeroportos para o final de abril, contará com três unidades destinadas a granel sólido vegetal no Porto de Paranaguá, com valores de investimentos que chegam a R\$ 1,38 bilhão. Além dos terminais PAR14, PAR15 e PAR25, o Governo Federal irá leiloar mais um terminal no Rio de Janeiro (RDJ11) e um em Porto Alegre (POA26).

Segundo o ministro Sílvio Costa Filho, de Portos e Aeroportos, os novos arrendamentos já avaliam a projeção do crescimento de carga agrícola que deverá passar por Paranaguá nas próximas décadas. “A estimativa é que os investimentos dobrem a capacidade do escoamento da safra agrícola pelo porto paranaense, abrindo oportunidades para exportação de mais 20 milhões de toneladas por ano”.

Previsto para ser realizado na B3, em São Paulo, no próximo 30 de abril, o primeiro leilão portuário do ano, além de ampliar a atividade logística para o escoamento da produção agrícola, vai garantir uma infraestrutura de transporte moderna, eficiente e segura. Ao longo deste ano, o Ministério de Portos e Aeroportos deve realizar o leilão de pelo menos 20 unidades portuárias, em quatro regiões do país.

Para o secretário Nacional de Portos, Alex Ávila, a modernização e ampliação da capacidade das unidades portuárias brasileiras promovem a descentralização da movimentação de cargas e tornam nossos produtos ainda mais competitivos. “A política de arrendamentos, com investimentos em portos de todo o país, orienta o crescimento da economia e promove o desenvolvimento socioeconômico”.

Entre 2013, quando ocorreu a mudança na Lei de Portos, e 2022, o Governo Federal realizou 40 leilões de unidades portuárias. O MPor já realizou 11 arrendamentos desde 2023 e planeja outros 40 até o final de 2026.



Utilizando o Regime Aduaneiro Especial de Loja Franca é possível a admissão de mercadoria sujeita à aplicação dos direitos antidumping?

Conforme estabelece o § 1º, art. 13 da Instrução Normativa RFB nº 2.075/2022, é vedada a admissão, no regime de mercadorias sujeitas à aplicação de direitos antidumping ou compensatórios, definidos em Resolução da Câmara de Comércio Exterior (Camex), publicada no Diário Oficial da União.

Quais impostos são suspensos e quais são isentos nos regimes de Drawback Isenção e Drawback Suspensão, tanto para insumos importados quanto nacionais?

Drawback Integrado Suspensão

Este regime permite adquirir insumos no mercado interno com suspensão de IPI, PIS e COFINS e/ou importar com suspensão dos tributos federais (II, IPI, PIS-Importação e COFINS-Importação) e isenção de ICMS e AFRMM, para uso na industrialização de produtos destinados à exportação, seja diretamente pelo industrial ou por meio de uma empresa comercial exportadora.

Atenção: Se a mercadoria não for exportada pelo beneficiário do regime, o ICMS na importação do insumo será devido. Consulte o Convênio ICMS 27/1990, cláusula primeira, § 1º, inciso II, e RICMS/SP, anexo I, artigo 22, inciso II.

- Regulamento Aduaneiro - artigos 386 a 392 do Decreto nº 6.759/2009

- Lei nº 11.945/2009 - arts. 12 e 14

- Portaria Secex 44/2020 - arts. 2º a 47

- Portaria Conjunta Secint/RFB nº 76/2022 - arts. 4º a 19

- Manual do Siscomex Drawback Suspensão (4ª edição)

Drawback Integrado Isenção

Este regime permite importar, com isenção de I.I. e AFRMM e redução a zero das alíquotas de IPI, PIS/Pasep-Importação e COFINS-Importação, e/ou adquirir no mercado interno, com redução a zero das alíquotas de IPI, PIS/Pasep e COFINS. Isso pode ser feito de forma combinada ou separada, desde que a mercadoria seja equivalente àquela adquirida anteriormente com tributos pagos e utilizada na industrialização de um produto exportado.

Importante: Esta modalidade não concede benefícios para o ICMS.

- Legislação aplicável: Regulamento Aduaneiro - arts. 393 a 396 do Decreto nº 6.759/2009

- Lei nº 12.350/2010 - arts. 31 e 33

- Portaria Secex nº 44/2020 - arts. 48 a 75

- Portaria Conjunta Secint/RFB nº 76/2022 - arts. 20 a 34

- Manual do Siscomex Drawback Isenção (2ª edição)

Como solicitar a prorrogação do prazo de vigência do regime da exportação temporária?

Deverá preencher o formulário Requerimento de Prorrogação do Regime (RPR), constante no Anexo IV da Instrução Normativa RFB nº

1.600/2015, acrescido pela Instrução Normativa RFB nº 1.989/2020, para disponibilizar à Receita Federal na forma de arquivo digital ou digitalizado, anexado ao mesmo dossiê vinculado à DU-E por meio da funcionalidade "Anexação de Documentos Digitalizados" do Portal Siscomex.

É possível gerar extrato da Duimp com todos os itens?

Conforme a Receita Federal, por enquanto, só é possível gerar extrato de um item de cada vez. A próxima versão do extrato do Duimp, que já se encontra em desenvolvimento, apresentará uma caixa de diálogo onde o importador poderá informar os números dos itens que deseja obter o extrato, sem necessidade de consultar item a item.

